



UCA Universidad de Cádiz

UNESCO Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura

UCA Universidad de los Bicentenarios www.uca.es/bicentenarios

CYTED Ibermar Red Iberoamericana

A propuesta de la Universidad de Cádiz, el Bicentenario de la Constitución de 1812 ha sido declarado aniversario asociado a la UNESCO para el Bienio 2012/2013



1812-2012

"Declaración Universitaria Cádiz 1812-2012"

"Manejo Costero Integrado (MCI) en Iberoamérica"

Agência Costeira Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro Brasil

G.I.A.L. Gestión Integrada de Áreas LITORALES España

Costa Rica Chile Cuba México Uruguay Panamá Portugal Argentina Colombia Puerto Rico República Dominicana



Alameda.

Puerta de S. Carlos

Puerta de Sevilla

Plataf.ª de la Cruz

Puerta de la mar

B. de la N

Plataf.ª de Cayo

PLANO DE CADIZ.

Publicado por D. D. de Sisto.

Escala de 100 200 300 400 500. Varas.



“Declaração Universitária Cádiz 1812-2012”

Tema Monográfico

“Manejo Costeiro Integrado (MCI) em Ibero-América”

Introdução

Ao menos 430 milhões de pessoas residirão no litoral Ibero-Americano em 2030. Sem dúvida, neste ano de 2012, a Conferência de Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) reafirmará o caráter complexo, frágil e estratégico deste espaço geográfico. Porém, algo mais profundo parece ser necessário. Vinte anos depois de assinada a Agenda 21, e em seu Capítulo 17 ser estabelecido o enfoque e programa de Ordenação integrada e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e marinhas, os avanços conseguidos na região ibero-americana são insuficientes.

Os ecossistemas costeiros marinhos de Ibero-América perderam, principalmente nas últimas décadas, boa parte da sua capacidade de prestar serviços gratuitos que são fundamentais para o bem-estar duradouro da população dos países. É necessária, de forma urgente, uma atuação decidida que freie sua contínua deterioração. As condições de vida dos habitantes destas zonas costeiras (70% do total da população em muitos países) dependem da saúde desses ecossistemas.

Os 350 cientistas, gestores, servidores públicos, empresários, universitários e representantes de Organizações Não Governamentais, de 18 países ibero-americanos reunidos em *Cádiz*, fazem um apelo aos líderes políticos e de organizações nacionais, regionais e internacionais comprometidas com o fortalecimento da governança, para que seja lançada uma iniciativa ibero-americana de Manejo Costeiro Integrado (MCI ou Gestão Integrada de Áreas Litorâneas, GIAL).

Texto da Declaração

No Iº Congresso Ibero-Americano de Gestão Integrada de Áreas Litorâneas (<http://www.gestioncostera.es/congresoGIAL/>) analisaram-se temas relacionados aos ecossistemas, recursos e atividades econômicas das fachadas costeiras marinhas do Pacífico Oriental (Centro e sul), do Mar Caribe e do Golfo

do México, do Atlântico Sudoeste e do Atlântico Oriental (Sul) e Mediterrâneo Ocidental. Também se debateu sobre a pertinência de instrumentos e iniciativas para o Manejo Costeiro Integrado em Ibero-América como enfoque para alcançar a sustentabilidade.

Há muito tempo, o mundo acadêmico e da investigação de Ibero-América vem contribuindo para o conhecimento integrado dos nossos mares e costas. Infelizmente, tais avanços não se veem refletidos nas políticas de manejo e administração no âmbito público. Conseqüentemente, observa-se que a deterioração e degradação dos ecossistemas costeiros marinhos continuam aumentando no espaço ibero-americano, evidenciando ao mesmo tempo um insuficiente vínculo entre a ciência e as políticas públicas orientadas ao governo do litoral.

Na reunião de *Cádiz*, os estudiosos dos 18 países reunidos apontaram a transcendência dos objetivos relacionados ao progresso da governança dos sistemas costeiros e oceânicos:

- 1- Acelerar o processo de redução da pobreza, desigualdade social e insustentabilidade ambiental costeira marinha e repensar o atual modelo de desenvolvimento, cuja consequência são as altas taxas de desemprego, ou subemprego, geradas pela crise das atividades litorâneas nas quais se estagnavam certas estruturas produtivas vinculadas ao discurso e à prática do desenvolvimento.
- 2- Frear a deterioração das culturas indígenas nativas e etnias minoritárias. Proteger suas terras e mares tradicionais, recursos costeiros, direitos de assentamento, bem como de passagem, pesca, lugares sagrados e patrimônio cultural.
- 3- Responder à demanda de infraestruturas e equipamentos, gerada pelo incessante crescimento urbano em relação à evacuação e depuração de águas residuais, à gestão dos resíduos sólidos e a outras necessidades que afetam a saúde humana, ou a dos próprios ecossistemas e seus serviços.

- 4- Racionalizar o processo urbanizador que conduz a paisagens homogêneas e aumenta os riscos de desastres naturais. Tentar fazer com que as diferentes manifestações urbanas proporcionem mais qualidade de vida, oportunidades econômicas distribuídas e ofereçam segurança às pessoas e aos bens.
- 5- Adequar o ritmo e intensidade da exploração dos serviços proporcionados pelos ecossistemas costeiros marinhos às garantias de continuidade de seu aproveitamento. Garantir o uso diversificado e duradouro destes serviços por parte dos diferentes setores de atividade.
- 6- Reforçar as medidas de proteção dos habitats críticos costeiros marinhos e os serviços mais importantes destes ecossistemas sob uma visão completa e integradora. Convém estar especialmente atentos à deterioração dos serviços de abastecimento (extrativos como a pesca de peixes ou mariscos), de sumidouro (ao limite da resiliência dos ecossistemas por despejos e resíduos) e de regulação (tanto morfosedimentária, que freie a erosão; como de amortecimento de perturbações procedentes dos meios fluvial e marinho).
- 7- Enfrentar, com medidas de prevenção e de ordenação territorial, o impacto da elevação do nível do mar induzido pela Mudança Global, e os desastres naturais como furacões, temporais, tsunamis, inundações, etc.
- 8- Evitar a incessante perda de espaços e recursos de uso ou interesse público; enfrentando-se aos processos de privatização que fazem diminuir a equidade no aproveitamento dos mesmos. Garantir os níveis de bem-estar e desenvolvimento da população que depende, em grande parte, destes espaços e recursos.
- 9- Interiorizar nos modelos de gestão pública e privada que a sustentabilidade do litoral depende da conservação do valioso patrimônio costeiro, natural e cultural, de Ibero-América. Este passo é prévio e complementar ao aproveitamento das oportunidades que oferece tal patrimônio na busca pelo bem-estar duradouro das pessoas.

- 10- Fazer com que a sociedade seja partícipe destes princípios para que os assumam e façam com que sejam também assumidos pelos líderes políticos que são eleitos democraticamente.

Para enfrentar tais objetivos, apresenta-se o esquema de uma iniciativa ibero-americana de MCI (Manejo Costeiro Integrado) que propõe seu desenvolvimento a partir de três metas estratégicas:

Meta 1: Construir um sólido sistema de alianças que promova um modelo de governança pensado para o bem-estar humano duradouro no espaço costeiro marinho de Ibero-América.

Meta 2: Ajudar na busca da melhor combinação de instrumentos para o avanço do MCI em Ibero-América.

Meta 3: Facilitar as capacidades e recursos necessários para que a iniciativa de MCI progrida e perdure no tempo, chegando a todos os países e territórios da região que desejem incorporar-se a ela.

Na iniciativa do MCI deveriam participar representantes de todas as escalas de governo dos países ibero-americanos, mas também da ciência, da sociedade civil e da atividade econômica.

A liderança do programa do MCI que se propõe corresponde aos representantes de todos os governos ibero-americanos; e devem contar com o apoio das instituições internacionais que interpretam este instrumento como uma forma de integração supranacional do espaço ibero-americano; e de um vínculo renovado entre a ciência e a política pública, orientada a uma governança costeira e oceânica integrada. Estes assuntos foram incluídos nos dez temas emergentes ambientais para a América Latina e o Caribe, no processo preparatório para o Rio+20 na 18ª Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e do Caribe (de 02 a 03 de fevereiro de 2012).

Não há dúvidas de que a natureza pública de muitos destes espaços e recursos, bem como sua transcendência para o progresso do bem-estar dos povos de Ibero-América, exigem uma ação decidida, coordenada e cooperativa de todas as partes implicadas. A Cúpula Rio+20, de 20 a 22 de junho de 2012 e a Cúpula Ibero-

Americana de Chefes de Estado e de Governo que se celebrará em *Cádiz*, Espanha, nos dias 16 e 17 de novembro do mesmo ano, constituem magníficas oportunidades para incluir estes temas que transcendem o meramente meio ambiental na agenda política comum, como primeiro passo para fazer a transição à sustentabilidade do espaço costeiro e marinho.

Por este motivo, membros dos 13 países pertencentes à Rede IBERMAR, e representantes públicos, especialistas e profissionais de países como Espanha, Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, México, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Guatemala, Nicarágua e Panamá; que estiveram presentes no Primeiro Congresso Ibero-Americano de Gestão Integrada de Áreas Litorâneas, celebrado em *Cádiz* em janeiro de 2012, apoiam a presente “Declaração de *Cádiz*” com o objetivo de que seja incluída entre os temas a tratar no Rio+20 e na Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

A Declaração Universitária *Cádiz* 1812-2012 se enquadra dentro do programa de atividades que a Universidade de *Cádiz* preparou para a comemoração do Bicentenário da Constituição de 1812.

Data

Cádiz, 30 de janeiro de 2012



APOIA A DECLARAÇÃO



www.gestioncostera.es/congresoGIAL